

FERNANDA  
**MARINELA**

MANUAL DE

**DIREITO ADMINISTRATIVO**  
volume único

2022

 EDITORA  
*Jus*PODIVM

[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

**16<sup>a</sup>** | revista,  
edição | atualizada  
e ampliada



Rua Canuto Saraiva, 131 Mooca – CEP: 03113 010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Diagramação:** Ana Paula Lopes Corrêa ([aninha\\_lopescorre@hotmail.com](mailto:aninha_lopescorre@hotmail.com))

**Capa:** Ana Caquetti

• A Editora JusPODIVM passou a publicar esta obra a partir da 15.ª edição.

M294 Manual de Direito Administrativo / Fernanda Marinela. – 16 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora JusPodivm, 2022.  
1.312 p. (Manuais - Volume Único)

Inclui bibliografia.

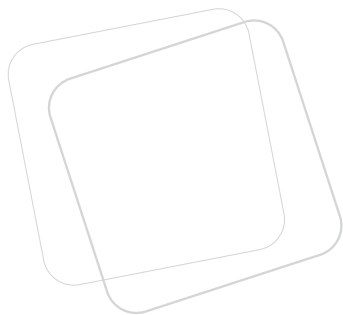
ISBN 978-85-442-3554-6.

1. Direito Administrativo. I. Marinela, Fernanda. II. Título.

CDD 341.3

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.



# SUMÁRIO

<b>1. NOÇÕES PRELIMINARES .....</b>	<b>25</b>
1. Direito.....	25
2. Direito administrativo.....	26
2.1. Conceito.....	26
2.2. Relação com outros ramos do Direito.....	30
2.3. Fontes do Direito Administrativo.....	32
2.4. Codificação do Direito Administrativo.....	37
2.5. Interpretação de regras do Direito Administrativo.....	38
2.6. Evolução histórica do Direito Administrativo.....	39
2.7. Sistemas administrativos.....	39
3. Estado, governo e administração pública .....	40
3.1. Estado.....	40
3.1.1. Poderes e funções do Estado.....	41
3.1.2. Organização do Estado.....	43
3.2. Governo.....	43
3.3. Administração Pública.....	44
4. Atividade administrativa.....	45
5. Quadro sinóptico.....	46
<b>2. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO.....</b>	<b>49</b>
1. Conceito de regime jurídico administrativo .....	49
2. Distinção entre princípios e regras.....	50
3. Princípios do direito administrativo.....	52
3.1. Princípio da supremacia do interesse público .....	52
3.2. Princípio da indisponibilidade do interesse público.....	54
3.2.1. Conceito de interesse público.....	54
3.3. Princípio da legalidade.....	56
3.3.1. Princípio da juridicidade.....	60
3.4. Princípio da impessoalidade.....	61
3.5. Princípio da finalidade.....	66
3.6. Princípio da moralidade.....	67
3.7. Princípio da publicidade.....	68

3.8. Princípio da eficiência.....	73
3.9. Princípio da isonomia .....	76
3.10. Princípio do contraditório .....	78
3.11. Princípio da ampla defesa.....	79
3.12. Princípio da razoabilidade.....	82
3.13. Princípio da proporcionalidade.....	84
3.14. Princípio da continuidade.....	85
3.15. Princípio da autotutela.....	95
3.16. Princípio da especialidade .....	97
3.17. Princípio da presunção de legitimidade .....	97
3.18. Princípio da motivação.....	98
3.19. Princípio da segurança jurídica.....	100
4. A inobservância de um princípio .....	101
5. Quadro sinóptico.....	102
6. Súmulas correlatas.....	105
6.1. STF – Súmulas Vinculantes .....	105
6.2. Súmulas do STF .....	105
6.3. Súmulas do STJ.....	106
<b>3. ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO.....</b>	<b>107</b>
1. Administração pública – organização administrativa .....	107
1.1. Princípios fundamentais da Administração Pública Federal.....	108
1.2. A manifestação de vontade da pessoa jurídica – teorias sobre as relações com seus agentes.....	109
2. Formas de prestação da atividade administrativa.....	111
2.1. Formas de descentralização .....	112
3. Órgãos públicos .....	114
3.1. Principais características .....	115
3.2. Classificação .....	118
4. Administração direta.....	120
5. Administração indireta.....	121
5.1. Características gerais.....	122
5.2. Autarquias.....	126
5.2.1. Conceito e outras considerações .....	126
5.2.2. Regime jurídico.....	127
5.2.3. Autarquias profissionais .....	144
5.2.4. Autarquias territoriais.....	154
5.2.5. Autarquias de regime especial.....	154
5.3. Agências reguladoras.....	155
5.3.1. Conceito e função .....	155
5.3.2. Espécies de agências.....	156
5.3.3. Regime especial.....	158
5.3.4. Regras gerais .....	159

5.3.4.1.	Estrutura organizacional.....	159
5.3.4.2.	Dirigentes das Agências Reguladoras .....	160
5.3.4.3.	Regime de pessoal .....	163
5.3.4.4.	Licitação .....	165
5.3.4.5.	Processo decisório das agências reguladoras .....	166
5.3.4.6.	Prestação de contas e controle social.....	168
5.3.4.7.	Instrumentos de interação e articulação das agências reguladoras.....	169
5.4.	Fundação pública.....	172
5.4.1.	Conceito.....	172
5.4.2.	Natureza jurídica .....	173
5.4.3.	Fundação pública de direito público.....	176
5.4.4.	Fundação pública de direito privado .....	178
5.5.	Agências executivas.....	179
5.6.	Empresas estatais.....	181
5.6.1.	Conceitos.....	182
5.6.2.	Principais semelhanças e diferenças entre as empresas públicas e as sociedades de economia mista.....	183
5.6.3.	Finalidades .....	184
5.6.4.	Regime jurídico.....	185
6.	Quadro sinóptico.....	209
7.	Súmulas correlatas.....	212
7.1.	STF – Súmulas Vinculantes .....	212
7.2.	Súmulas do STF .....	213
7.3.	Súmulas do STJ.....	214
<b>4.</b>	<b>TERCEIRO SETOR.....</b>	<b>217</b>
1.	Setores da economia nacional.....	217
2.	Entes de cooperação .....	219
2.1.	Serviços sociais autônomos.....	219
2.2.	Entidades de apoio.....	224
2.3.	Organizações sociais.....	226
2.4.	Organizações da sociedade civil de interesse público.....	230
2.4.1.	Semelhanças e distinções entre OS e Oscip .....	233
2.5.	Organização da sociedade civil .....	233
3.	Parcerias com poder público .....	234
3.1.	Parcerias com a Organização da Sociedade Civil – Lei n. 13.019/2014.....	236
3.1.1.	Organização da sociedade civil.....	239
3.1.2.	Dos impedimentos e vedações (arts. 39 a 41).....	240
3.1.3.	Formalização .....	241
3.1.3.1.	Seleção.....	241
3.1.3.1.1.	Procedimento de manifestação de interesse público .....	241

3.1.3.1.2.	Chamamento público .....	242
3.1.3.2.	Novos instrumentos – termo de colaboração, termo de fomento e acordos de cooperação.....	246
3.1.4.	Medidas para execução e eficiência da parceria.....	249
3.1.4.1.	Planejamento .....	249
3.1.4.2.	Regras para execução.....	249
3.1.4.3.	Monitoramento e avaliação.....	250
3.1.4.4.	Prestação de contas.....	252
3.1.5.	Responsabilidades e sanções.....	254
3.2.	Parcerias com Fundos Patrimoniais – Lei n. 13.800/2019.....	254
4.	Quadro sinóptico.....	259
5.	Súmulas correlatas.....	264
5.1.	Súmulas do STF.....	264
5.2.	Súmulas do STJ.....	264
<b>5.</b>	<b>PODERES DA ADMINISTRAÇÃO E DOS ADMINISTRADORES .....</b>	<b>265</b>
1.	Conceito .....	265
2.	Características .....	266
3.	Poder vinculado e poder discricionário.....	267
4.	Poder regulamentar .....	268
4.1.	Considerações sobre atos normativos, leis e regulamentos.....	268
4.2.	Tipos de regulamento.....	269
4.3.	Controle dos atos administrativos.....	272
5.	Poder hierárquico.....	275
6.	Poder disciplinar .....	277
7.	Poder de polícia.....	280
7.1.	Conceito.....	280
7.2.	A expressão “poder de polícia”.....	283
7.3.	Fundamento e essência do poder de polícia.....	283
7.4.	Atos por meio dos quais se expressa o poder de polícia.....	285
7.5.	Delegação dos atos de polícia.....	286
7.6.	Atributos do poder de polícia.....	289
7.7.	Poder de polícia e o princípio da proporcionalidade .....	291
7.8.	Controle dos atos de polícia.....	292
7.9.	Setores da polícia administrativa.....	292
7.10.	Polícia administrativa e polícia judiciária.....	292
8.	Poderes e deveres do administrador público .....	293
8.1.	Deveres do administrador.....	293
8.2.	Uso e abuso de poder.....	294
8.3.	Formas de abuso de poder .....	294
8.4.	Abuso de poder e legalidade.....	295
9.	Quadro sinóptico.....	296
10.	Súmulas correlatas.....	298

10.1. STF – Súmulas Vinculantes .....	298
10.2. Súmulas do STF .....	298
10.3. Súmulas do STJ.....	299
<b>6. ATO ADMINISTRATIVO .....</b>	<b>301</b>
1. Introdução e conceito .....	301
1.1. Ato e fato jurídico .....	301
1.2. Ato da administração e ato administrativo .....	304
1.3. Conceito de ato administrativo .....	305
2. Vinculação e discricionariedade.....	307
3. Elementos do ato administrativo .....	310
3.1. Sujeito competente.....	311
3.1.1. Principais regras.....	312
3.2. Forma.....	315
3.2.1. Princípio da solenidade.....	315
3.2.2. Silêncio administrativo.....	316
3.2.3. Vício na forma .....	318
3.3. Motivo .....	319
3.3.1. Legalidade do motivo.....	319
3.3.2. Principais distinções.....	320
3.3.3. Teoria dos motivos determinantes .....	325
3.4. Objeto.....	327
3.4.1. Requisitos de validade.....	327
3.4.2. Discricionariedade e vinculação .....	328
3.5. Finalidade.....	328
3.5.1. Distinções: motivo, objeto e finalidade .....	329
3.6. Quadro comparativo.....	330
4. Mérito administrativo .....	331
4.1. Possibilidade de controle pelo Poder Judiciário.....	333
5. Atributos do ato administrativo .....	335
5.1. Presunção de legitimidade, legalidade e de veracidade .....	336
5.2. Autoexecutoriedade.....	337
5.3. Imperatividade.....	338
5.4. Tipicidade.....	339
6. Classificação.....	339
6.1. Quanto aos destinatários.....	339
6.2. Quanto ao alcance .....	340
6.3. Quanto à manifestação de vontade .....	340
6.4. Quanto ao grau de liberdade.....	341
6.5. Quanto ao objeto .....	341
6.6. Quanto à formação.....	342
6.7. Quanto à estrutura do ato.....	343
6.8. Quanto aos efeitos .....	344

6.9. Quanto aos resultados na esfera jurídica.....	344
6.10. Quanto à situação jurídica que criam.....	344
7. Modalidades de atos administrativos.....	345
7.1. Atos normativos.....	345
7.2. Atos ordinatórios.....	347
7.3. Atos negociais.....	348
7.4. Atos enunciativos.....	351
7.5. Atos punitivos.....	352
8. Formação e efeitos.....	353
8.1. Perfeição.....	353
8.2. Validade.....	354
8.3. Eficácia.....	354
8.4. Possíveis combinações.....	356
9. Extinção do ato administrativo.....	357
9.1. Formas de extinção.....	357
9.2. Invalidação.....	359
9.2.1. Formas de invalidação.....	359
9.2.2. Anulação.....	361
9.2.3. Convalidação e sanatória.....	367
9.2.4. Estabilização de efeitos.....	368
9.2.5. Possíveis vícios do ato administrativo.....	374
9.3. Revogação.....	375
9.4. Coisa julgada administrativa.....	378
10. Quadro sinóptico.....	379
11. Súmulas correlatas.....	384
11.1. STF – Súmulas Vinculantes.....	384
11.2. Súmulas do STF.....	384
11.3. Súmulas do STJ.....	385
<b>7. LICITAÇÃO.....</b>	<b>387</b>
1. Conceito e legislação.....	387
1.1. Regime de transição.....	390
1.2. Critérios transnacionais.....	395
2. Finalidade.....	396
3. Competência para legislar.....	398
4. Sujeitos à licitação.....	400
5. Incidência da lei.....	409
6. Princípios básicos.....	411
7. Os agentes públicos e as comissões de licitações.....	424
7.1. Das comissões de licitação na Lei nº 8.666/93.....	426
7.2. Das vedações dos agentes públicos.....	428
8. Contratação direta – dispensa e inexistência.....	429
8.1. Inexistência.....	432



---

8.1.1.	Pressupostos para a realização da licitação.....	432
8.1.2.	Objeto licitável e a pluralidade.....	433
8.1.2.1.	Bem singular .....	433
8.1.2.2.	Serviços singulares .....	434
8.1.2.3.	Hipóteses legais de inexigibilidade.....	434
8.2.	Dispensa de licitação.....	440
8.2.1.	Licitação dispensada.....	440
8.2.2.	Licitação dispensável.....	443
8.2.2.1.	Quadro comparativo – dispensa de licitação.....	453
9.	Modalidades .....	460
9.1.	Concorrência.....	466
9.2.	Tomada de preços.....	468
9.3.	Convite .....	470
9.4.	Concurso.....	473
9.5.	Leilão.....	474
9.6.	Pregão.....	476
9.7.	Diálogos competitivos.....	480
9.8.	Outras modalidades.....	481
10.	Procedimento licitatório.....	483
10.1.	Procedimento geral na Lei nº 8.666/93.....	483
10.1.1.	Fase interna .....	484
10.1.2.	Fase externa .....	491
10.2.	Procedimento licitatório da Lei nº 10.520/02 .....	503
10.2.1.	Pregão eletrônico.....	506
10.3.	Procedimento geral na Lei nº 14.133/2021 .....	513
10.3.1.	Fase preparatória.....	513
10.3.2.	Fase de divulgação do edital de licitação.....	520
10.3.3.	Fase de apresentação de propostas e lances .....	521
10.3.4.	Fase de julgamento.....	523
10.3.5.	Fase de habilitação.....	529
10.3.6.	Fase recursal.....	532
10.3.7.	Fase de homologação .....	534
11.	Procedimentos auxiliares.....	534
11.1.	Credenciamento.....	535
11.2.	Procedimento de pré-qualificação.....	535
11.3.	Procedimento de manifestação de interesse.....	536
11.4.	Sistema de registros de preços.....	537
11.5.	Registro cadastral.....	541
12.	Algumas licitações .....	543
12.1.	Licitações de grande vulto e alta complexidade técnica .....	543
12.2.	Licitações internas e internacionais .....	544
12.3.	Licitações das microempresas e empresas de pequeno porte.....	545
12.4.	Licitação para contratação de serviço de publicidade .....	550

12.5. Regime diferenciado de contratações (RDC) .....	551
12.6. Licitações nas empresas públicas e sociedades de economia mista (Lei n. 13.303/2016) .....	554
12.7. Regime de licitação e contratação pública para enfrentamento a pandemia de covid-19.....	562
12.8. Regime de licitação e contratação pública para <i>startups</i> .....	567
13. Das irregularidades .....	568
13.1. Infrações e sanções administrativas.....	568
13.2. Das impugnações, dos pedidos de esclarecimento e dos recursos.....	569
13.2.1. Dos recursos, do pedido de reconsideração e da representação na Lei n. 8.666/93 .....	569
13.2.2. Dos recursos, dos pedidos de esclarecimentos e das impugnações na Lei n. 14.133/2021 .....	570
13.3. Do controle das contratações.....	572
14. Quadro sinóptico.....	574
15. Súmulas correlatas.....	584
15.1. Súmulas do STF.....	584
15.2. Súmulas do STJ.....	584
<b>8. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....</b>	<b>585</b>
1. Conceito .....	585
2. Características .....	587
3. Formalismo.....	588
4. Cláusulas necessárias .....	593
5. Garantia .....	598
6. Duração do contrato.....	600
7. Pagamentos devidos ao contratado.....	605
8. Cláusulas exorbitantes.....	613
9. Alteração contratual .....	618
9.1. Alteração unilateral do contrato administrativo .....	619
9.2. Alteração bilateral do contrato .....	622
9.2.1. Teoria da imprevisão .....	624
9.3. Situações específicas para alguns contratos .....	625
9.4. Matriz de alocação de riscos.....	627
10. Da execução do contrato e suas responsabilidades .....	628
11. Regras para entrega do objeto do contrato.....	633
12. Extinção do contrato administrativo.....	635
12.1. Formas de extinção do contrato da Lei n. 8.666/93.....	635
12.2. Das hipóteses de extinção dos contratos na Lei n. 14.133/2021 .....	640
12.3. Das nulidades do contrato administrativo.....	642
12.4. Meios alternativos de resolução de controvérsias .....	643
13. Infrações e sanções administrativas.....	645
13.1. Sanções na Lei nº 8.666/93 .....	645

13.2. Sanções na Lei nº 14.133/2021 .....	646
13.3. Infrações da Lei nº 8.666/93.....	647
13.4. Infrações na Lei nº 14.133/2021 .....	648
14. Do procedimento administrativo de apuração das infrações administrativas.....	649
15. Responsabilização criminal, civil e administrativa.....	652
16. Contratos em espécie .....	654
16.1. Contratos propriamente ditos.....	655
16.2. Contrato de concessão.....	656
16.3. Contrato de permissão de serviço público.....	657
16.4. Contrato de gestão.....	658
17. Convênios e consórcios.....	660
18. Consórcios públicos.....	663
19. Contratos nas empresas públicas e sociedades de economia mista .....	670
20. Contrato público de solução inovadora (cpsi).....	672
21. Quadro sinóptico.....	673
22. Súmulas correlatas.....	683
22.1. Súmulas do STF.....	683
22.2. Súmulas do STJ.....	683
<b>9. SERVIÇOS PÚBLICOS .....</b>	<b>685</b>
1. Conceito e elementos definidores .....	685
2. Princípios.....	687
2.1. Princípio da continuidade.....	689
2.1.1. Instrumentos para garantir a continuidade.....	689
2.1.2. Possibilidades de interrupção do serviço .....	697
3. Determinação constitucional.....	704
4. Classificação.....	705
5. Delegação do serviço público .....	709
5.1. Concessão comum de serviço público.....	710
5.1.1. Fundamento legal.....	710
5.1.2. Conceito.....	710
5.1.3. Poder concedente.....	711
5.1.3.1. Direitos e obrigações do poder concedente.....	712
5.1.4. O concessionário.....	714
5.1.4.1. Direitos e obrigações do concessionário .....	714
5.1.5. Direitos e obrigações do usuário .....	717
5.1.6. Natureza jurídica .....	719
5.1.7. Distinções.....	719
5.1.8. Formalidades da concessão.....	720
5.1.8.1. Procedimento licitatório .....	720
5.1.8.2. Contrato de concessão .....	723
5.1.8.3. Possibilidades de transferência .....	724
5.1.9. A remuneração e a política tarifária .....	726

5.1.10.	Formas de extinção.....	729
5.2.	Parcerias do Poder Público com os particulares.....	731
5.2.1.	Conceito.....	731
5.2.2.	Legislação.....	732
5.2.3.	Objetivos.....	733
5.2.4.	Modalidades.....	734
5.2.5.	Características.....	735
5.2.6.	Diretrizes.....	736
5.2.7.	Formalização da concessão especial.....	737
5.2.7.1.	Procedimento licitatório.....	738
5.2.7.2.	Contrato de concessão especial.....	740
5.2.7.3.	Sociedade de propósito específico.....	741
5.2.8.	Vedações.....	742
5.2.9.	Concessões especiais para o âmbito federal.....	743
5.3.	Permissão de serviço público.....	745
5.3.1.	Conceito e requisitos.....	745
5.3.2.	A precariedade e a formalização.....	745
5.3.3.	Principais diferenças.....	748
5.4.	Autorização de serviço público.....	748
6.	Quadro sinóptico.....	749
7.	Súmulas correlatas.....	753
7.1.	STF – Súmulas Vinculantes.....	753
7.2.	Súmulas do STF.....	753
7.3.	Súmulas do STJ.....	753
<b>10.</b>	<b>AGENTES PÚBLICOS.....</b>	<b>755</b>
1.	Conceito.....	755
2.	Classificação.....	756
2.1.	Agentes políticos.....	757
2.2.	Servidores estatais.....	759
2.2.1.	Servidores públicos.....	759
2.2.1.1.	Regime jurídico dos servidores públicos.....	760
2.2.1.1.1.	Regime jurídico único.....	764
2.2.1.1.2.	A escolha do regime jurídico – preferência do regime estatutário.....	765
2.2.1.1.3.	Garantia de manutenção do regime jurídico....	769
2.2.2.	Servidores de entes governamentais de direito privado.....	771
2.3.	Particulares em colaboração com a administração.....	774
3.	Organização funcional.....	776
3.1.	Conceitos.....	776
3.1.1.	Cargo público.....	777
3.1.2.	Função pública.....	778
3.1.2.1.	Cargo em comissão e função de confiança: distinção.....	779

---

3.1.3.	Emprego público.....	781
3.1.4.	Contrato temporário.....	781
3.2.	Cargo público – regras gerais .....	782
3.2.1.	Classificação .....	782
3.2.2.	Provimento .....	784
3.2.3.	Nomeação, posse e exercício.....	790
3.2.4.	Formas de deslocamento .....	791
3.2.5.	Vacância .....	793
3.2.6.	Desinvestidura – exoneração e demissão .....	795
4.	Regras constitucionais.....	798
4.1.	Acessibilidade.....	798
4.2.	Concurso público.....	799
4.2.1.	Exceções ao concurso público .....	801
4.2.2.	Requisitos para concurso.....	807
4.2.3.	Publicidade .....	825
4.2.4.	Mudança no edital de concurso.....	826
4.2.5.	Prazo de validade .....	828
4.2.6.	Direito à nomeação.....	829
4.2.7.	Realização de novo concurso público.....	837
4.2.8.	Concurso público e a possibilidade de controle.....	839
4.2.9.	Nulidades da nomeação e da investidura – teoria do fato consumado.....	842
4.2.10.	Contratação irregular – consequências .....	846
4.3.	Competência para julgamento das ações.....	848
4.4.	Contratação temporária.....	850
4.5.	Estabilidade.....	857
4.5.1.	Conceitos: estabilidade, efetividade e vitaliciedade.....	857
4.5.2.	Estabilidade e o texto constitucional.....	858
4.5.2.1.	Estabilidade nas pessoas jurídicas de direito público .....	862
4.5.2.2.	Estabilidade nas pessoas jurídicas de direito privado.....	864
4.5.2.3.	Estabilidade em resumo.....	865
4.5.3.	Estabilidade e dispensa.....	866
4.5.4.	Estágio probatório .....	872
4.6.	Direito de greve.....	877
4.7.	Direito à sindicalização.....	882
4.8.	Acumulação.....	883
4.9.	Sistema remuneratório .....	890
4.9.1.	Modalidades remuneratórias.....	890
4.9.2.	Regras para fixação da remuneração .....	894
4.9.3.	Revisão remuneratória .....	895
4.9.4.	Teto remuneratório .....	897
4.9.5.	Princípio da irredutibilidade.....	906
4.9.6.	Princípio da isonomia .....	907

4.9.7. Proibição de vinculação e equiparação.....	908
4.9.8. Pagamentos em atraso.....	910
4.10. Direitos sociais.....	910
4.11. Limite de despesas com pessoal.....	913
4.12. Aposentadoria.....	915
4.12.1. Conceitos fundamentais – premissas.....	915
4.12.2. Histórico da aposentadoria – as diversas emendas constitucionais e suas mudanças.....	919
4.12.3. Modalidades.....	933
4.12.4. Princípio da integralidade.....	939
4.12.5. Princípio da paridade.....	940
4.12.6. Teto de proventos e regime complementar.....	941
4.12.7. Contribuição dos inativos e pensionistas.....	944
4.12.8. Cenário atual.....	948
5. Direitos e vantagens dos servidores estatutários.....	949
6. Deveres e responsabilidades dos servidores estatutários.....	955
7. Quadro sinóptico.....	957
8. Súmulas correlatas.....	963
8.1. Súmulas Vinculantes.....	963
8.2. Súmulas do STF.....	964
8.3. Súmulas do STJ.....	966
8.4. Súmulas do TST.....	967
<b>11. BENS PÚBLICOS.....</b>	<b>971</b>
1. Domínio Público.....	971
2. Conceito.....	972
3. Competência Legislativa.....	976
4. Classificação dos Bens Públicos.....	976
5. Afetação e Desafetação.....	981
6. Regime jurídico dos bens públicos.....	984
7. Aquisição de bens para o Patrimônio Público.....	988
8. Alienação de Bens Públicos.....	991
9. Gestão de Bens Públicos.....	995
9.1. Utilização especial ou anormal – uso privativo.....	1000
10. Bens Públicos em espécie.....	1003
11. Quadro Sinóptico.....	1009
12. SÚMULAS CORRELATAS.....	1011
12.1. Súmulas do STF.....	1011
12.2. Súmula do STJ.....	1012
<b>12. INTERVENÇÃO NA PROPRIEDADE.....</b>	<b>1013</b>
1. Direito de propriedade.....	1013

---

2.	Intervenção na propriedade.....	1014
3.	Fundamentos e regras constitucionais.....	1014
4.	Modalidades de intervenção.....	1015
4.1.	Limitação administrativa.....	1016
4.1.1.	Indenização.....	1018
4.1.2.	Controle.....	1024
4.2.	Servidão administrativa.....	1024
4.2.1.	Elementos definidores.....	1025
4.2.2.	Formas de constituição.....	1026
4.2.3.	Indenização.....	1027
4.2.4.	Distinções.....	1027
4.2.5.	Causas extintivas.....	1028
4.2.6.	Modalidades.....	1029
4.3.	Requisição.....	1030
4.4.	Ocupação temporária.....	1032
4.4.1.	Hipóteses de ocupação temporária.....	1033
4.4.2.	Distinções.....	1035
4.5.	Tombamento.....	1035
4.5.1.	Conceito e características.....	1035
4.5.2.	Natureza jurídica.....	1036
4.5.3.	Competência.....	1038
4.5.4.	Bens objeto de tombamento.....	1039
4.5.5.	Modalidades.....	1040
4.5.6.	Obrigações.....	1041
4.5.7.	Indenização.....	1043
4.5.8.	Procedimento.....	1044
4.5.9.	Extinção.....	1045
4.6.	Desapropriação.....	1046
4.6.1.	Objeto.....	1047
4.6.2.	Competência.....	1051
4.6.3.	Modalidades de desapropriação.....	1053
4.6.3.1.	Desapropriação comum.....	1053
4.6.3.2.	Desapropriação sancionatória.....	1057
4.6.3.3.	Desapropriação indireta.....	1063
4.6.3.4.	Desapropriação privada.....	1068
4.6.4.	Situações especiais – destinação dos bens desapropriados.....	1068
4.6.5.	Procedimento administrativo.....	1070
4.6.6.	Procedimento judicial – ação de desapropriação.....	1074
4.6.7.	Da indenização.....	1078
4.6.8.	Ação de desapropriação rural.....	1092
4.6.9.	Desapropriação de enfiteuse.....	1093
4.6.10.	Direito de extensão.....	1095
4.6.11.	Tredestinação.....	1095

4.6.12. Retrocessão.....	1096
5. Quadro sinóptico.....	1098
6. Súmulas Correlatas.....	1102
6.1. STF – Súmulas Vinculantes.....	1102
6.2. Súmulas do STF.....	1102
6.3. Súmulas do STJ.....	1103
<b>13. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO .....</b>	<b>1105</b>
1. Aspectos Gerais – Fundamentos.....	1105
2. Evolução.....	1107
3. Tipos de responsabilidade.....	1110
4. Elementos definidores.....	1111
4.1. Sujeitos.....	1111
4.2. Conduta estatal lesiva.....	1115
4.3. Dano indenizável.....	1125
4.4. A indenização.....	1129
4.5. Hipóteses de exclusão.....	1131
5. Vias para reparação do dano.....	1134
6. Ação judicial – legitimidade passiva.....	1134
7. Ação regressiva.....	1138
8. Denúnciação da lide.....	1138
9. Prescrição.....	1140
10. Quadro sinóptico.....	1146
11. Súmulas correlatas.....	1148
11.1. STF – Súmulas Vinculantes.....	1148
11.2. Súmula do STF.....	1149
11.3. Súmulas do STJ.....	1149
<b>14. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>1151</b>
1. Introdução e conceito.....	1151
2. Evolução.....	1152
3. Controle do estado – atividade política e atividade administrativa.....	1152
4. Controle da atividade administrativa.....	1154
4.1. Classificação.....	1156
4.1.1. Quanto ao órgão controlador.....	1156
5. Controle administrativo.....	1162
5.1. Aspectos gerais.....	1162
5.2. Meios de controle.....	1164
5.3. Órgãos específicos de controle.....	1169
6. Controle legislativo.....	1174
6.1. Tribunais de contas.....	1175
7. Controle judicial.....	1181



7.1. Meios de controle judicial.....	1182
7.1.1. Mandado de segurança.....	1182
7.1.2. Ação popular .....	1186
7.1.3. Ação civil pública.....	1187
7.1.4. Mandado de injunção.....	1189
7.1.5. <i>Habeas data</i> .....	1191
7.1.6. Ação direta de inconstitucionalidade.....	1191
8. Atos <i>interna corporis</i> .....	1192
9. Quadro sinóptico.....	1193
10. Súmulas correlatas.....	1196
10.1. Súmulas Vinculantes.....	1196
10.2. Súmulas do STF.....	1196
10.3. Súmulas do STJ.....	1198
<b>15. PROCESSO ADMINISTRATIVO .....</b>	<b>1201</b>
1. Conceito.....	1201
2. Fontes do processo administrativo.....	1201
3. Objetivos e obrigatoriedade.....	1202
4. Princípios do processo administrativo.....	1204
4.1. Princípio do devido processo legal.....	1205
4.2. Princípio do contraditório .....	1206
4.3. Princípio da ampla defesa.....	1207
4.4. Princípio da verdade real .....	1212
4.5. Princípio da legalidade e princípio da finalidade .....	1213
4.6. Princípio da motivação.....	1213
4.7. Princípio da razoabilidade e princípio da proporcionalidade.....	1215
4.8. Princípio da oficialidade.....	1215
4.9. Princípio da autotutela.....	1216
4.10. Princípio da celeridade.....	1217
5. Modalidades de procedimento .....	1218
6. A lei geral do Processo Administrativo – Lei n. 9.784/99.....	1219
6.1. Aspectos gerais.....	1220
6.2. Fases do procedimento.....	1223
7. Procedimento administrativo disciplinar.....	1228
7.1. Conceito e finalidade .....	1228
7.2. Tipos de procedimento disciplinar.....	1230
7.2.1. Sindicância .....	1230
7.2.2. Processo administrativo propriamente dito.....	1231
7.2.3. Processo sumário .....	1232
7.2.4. Verdade sabida .....	1234
7.3. Processo administrativo disciplinar propriamente dito .....	1234
7.4. Prescrição e duração do processo .....	1244
7.5. Independência das instâncias .....	1249

8. Controle pelo poder judiciário .....	1250
9. Quadro sinóptico.....	1251
10. Súmulas correlatas.....	1255
10.1. STF – Súmulas Vinculantes .....	1255
10.2. Súmulas do STF .....	1256
10.3. Súmulas do STJ.....	1256
<b>16. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA .....</b>	<b>1259</b>
1. Introdução .....	1259
2. Conceito .....	1260
3. Competência legislativa.....	1262
4. Fonte normativa.....	1263
5. Bem jurídico tutelado.....	1265
6. Natureza do ilícito de improbidade administrativa .....	1266
7. Composição do ato de improbidade administrativa.....	1269
7.1. Sujeito ativo .....	1270
7.2. Sujeito passivo .....	1276
7.3. Conduta típica.....	1277
7.4. Elemento subjetivo .....	1284
7.5. Dano.....	1290
8. Sanções .....	1291
9. Procedimentos administrativo e judicial .....	1295
9.1. Processo administrativo .....	1296
9.2. Processo judicial.....	1296
10. Prescrição .....	1301
11. Quadro sinóptico.....	1302
12. Súmulas correlatas.....	1306
12.1. STF – Súmulas Vinculantes .....	1306
12.2. Súmulas do STF .....	1306
12.3. Súmulas do STJ.....	1307
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>1309</b>